

ARTES MANUAIS E TRABALHO FEMININO: PONTOS BORDADOS NO ACONTECIMENTO POLÍTICO

Solange Mittmann¹
Mônica Ferreira Cassana²

Resumo: O artigo tem por objeto de estudo a discursivização do trabalho de bordadeiras em matérias de mídias jornalísticas que tratam da vestimenta usada pela primeira dama Rosângela Lula da Silva na cerimônia de posse do terceiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O traje foi bordado por artesãs da cidade de Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte. Inicialmente, as autoras levantam aspectos sobre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, a fim de abordar como é significado, na formação social patriarcal capitalista, o trabalho artesanal feminino. Em seguida, tomando a língua (mais especificamente, a sintaxe) como base material dos processos discursivos, apresentam uma análise de recortes de matérias, observando como se produzem os discursos sobre o trabalho de bordado artesanal e sobre as mulheres artesãs.

WOMEN'S WORK AND HANDICRAFT: STITCHING AT POLITICAL EVENT

Abstract: The object of this study is the discourse production about the work of embroiderers in news media articles about the clothing worn by Rosângela Lula da Silva at the inauguration ceremony of President Luís Inácio Lula da Silva, a costume embroidered by artisans from Timbaúba dos Batistas, Rio Grande do Norte. Initially, the authors raise aspects about patriarchy and sexual division of labor, in order to address the meaning of female artisanal work in the capitalist patriarchal society. Then, taking language (more specifically, syntax) as the material basis of discursive processes, they present an analysis of clippings from newspaper, and watch how discourses about artisanal embroidery work and about women artisans are produced.

-
- 1 Doutora em Letras pela UFRGS. Professora titular da UFRGS, lotada no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. E-mail: sol.discurso@gmail.com
 - 2 Doutora em Letras pela UFRGS. Professora adjunta da UFRGS, lotada no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. E-mail: monicassana@gmail.com

1 Primeiras palavras

No dia primeiro de janeiro de 2023, os cidadãos brasileiros assistiram à posse do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva. Marcava-se o fim de um ciclo político que havida sido inaugurado com a deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 – posteriormente inocentada das acusações de manobras fiscais –, seguindo-se com a prisão de Lula em 2018 no momento em que era o candidato mais cotado para as eleições presidenciais – também posteriormente inocentado das acusações sofridas –, culminando com um governo autodefinido como de extrema direita, sustentado por políticas neoliberais e marcado pela disseminação de discursos de ódio. Diante desse quadro histórico, a vitória eleitoral de Lula foi um acontecimento discursivo-político, por instaurar uma nova discursividade no Brasil.

Cabe lembrar que a primeira eleição de Lula em 2002 já havia sido um acontecimento discursivo-político por também marcar o encerramento de um ciclo de políticas neoliberais. Como analisou Indursky (2003), aquela eleição fez com que o enunciado “Lula lá” transitasse da condição de utopia à condição de realidade, configurando “um acontecimento histórico que clamava por discurso, que reclamava sentidos” (p.110), provocando um acontecimento discursivo, por instaurar “uma relação tensa tanto com a memória [...] quanto com o discurso novo, inaugural, que rompe com a ordem da repetibilidade, construindo um novo sentido possível para o enunciado” (p.107).

A posse de 2023 não caracterizou um acontecimento da mesma ordem que o da posse de 2003, pois desta vez os princípios que regem uma administração federal encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores já eram conhecidos da população. Porém tan-

to o conjunto de fatores que compunham o quadro político descrito, quanto as mobilizações populares contra os retrocessos democráticos, sobretudo aquelas conduzidas por grupos de mulheres, acabaram por colocar em exposição a contradição social e por mostrar uma força popular altamente relevante para a mudança política. A cena em que representantes de vários segmentos da sociedade brasileira subiam a rampa acompanhando o presidente eleito ficou marcada como uma memória do que ainda estava por vir ou do país que se estava querendo reconstruir.

Nesse cenário, ao lado de Lula, estava a socióloga e, agora primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, Janja. Seu traje fora bordado por artesãs da cidade de Timbaúba dos Batistas, do Rio Grande do Norte. O traje de Janja e o fato de trazer um bordado feito por artesãs foi noticiado em diversos portais de notícias. É neste espaço que significação que trazemos nossa reflexão, observando a discursivização, no meio jornalístico, sobre a mulher artesã e seu trabalho em notícias sobre o traje da primeira-dama no dia da posse de Lula. O que pretendemos é pensar no ponto em que novos sentidos passam a circular, onde há o encontro entre “uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2012 [1983], p. 17), ponto de encontro marcado na posse de um governo designado como popular (por oposição ao governo neoliberal anterior), ou seja, com o simbolismo de um apoio popular ao governo e de um apoio do governo às populações mais impactadas pelas políticas econômicas.

Consideramos que a mulher trabalhadora ocupa um lugar relevante nesses processos simbólicos. Por isso, num primeiro momento, buscamos identificar, dentro dos limites possíveis de um artigo, o lugar que a mulher desempenha na formação social patriarcal capitalista, especialmente a brasileira. Consideramos essa é a base histórica

das relações de força e relações de sentido (cf. Pêcheux, 2010 [1969], p. 76) nos processos discursivos, nas condições de produção aqui analisadas, sobre a mulher trabalhadora e o trabalho da mulher. A partir disso, na segunda parte do artigo, observamos como os sentidos sobre a mulher no âmbito do trabalho artesanal se formulam e circulam nas matérias jornalísticas sobre o traje de Janja. Quer dizer, interrogamos sobre o que é da ordem da repetição (sobre mulher, sobre trabalho artesanal feminino) e o que é da ordem da novidade (o trabalho artesanal produzido por mulheres presente no traje da primeira dama na posse de um governo identificado com as lutas populares), e o quanto, no jornalismo, essa novidade carrega em si o que é do repetível, “instaurando um novo sentido, mas [que] não consegue produzir o ‘esquecimento’ do sentido-outro, que o precede” (Indursky, 2003, p. 107).

Dessa forma, pretendemos fazer um gesto de análise sobre o valor dado ao trabalho artesanal feminino em matérias jornalísticas referentes ao fato de o traje de Janja na cerimônia de posse trazer o trabalho de artesãs. Para isso, partiremos do pensamento sobre a relação entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, com base no pensamento de teóricas do feminismo, como Safioti (2015) e Wittig (2019). Também exploraremos a questão da força feminina de trabalho, especialmente na relação entre trabalho doméstico e exploração das mulheres no capitalismo (Federici, 2019).

Nosso objetivo é verificar como as mulheres bordadeiras são significadas no discurso analisado. Analisaremos sequências discursivas recortadas das notícias, de forma a compreender se estas fazem referência ao trabalho de bordar como um trabalho remunerado e profissional, se reproduz ou não os saberes de uma formação social patriarcal e capitalista.

2 O patriarcado estruturante e a divisão sexual do trabalho

É sabido que as sociedades pré-capitalistas já se sustentavam sobre pilares patriarcais. Por isso, estamos nomeando aqui como sociedade patriarcal capitalista, e não na ordem inversa dos determinantes sintáticos. Também sabemos que nas sociedades contemporâneas esse sistema de dominação segue contribuindo fortemente para as relações capitalistas de exploração, bem como para a manutenção de privilégios de classe, raça e sexo/gênero. Em uma sociedade de raiz fundacional colonial e escravocrata como é a brasileira, princípios heteronormativos, patriarcais, racistas e capitalistas, ainda que não se confundam, funcionam de modo imbricado: “Relações sociais de sexo, raça, e relações sociais de classe se produzem e reproduzem de maneira coextensiva e imbricada no processo histórico e na dinâmica de organização da vida social.” (Ávila; Ferreira, 2020, p. 114)

O patriarcado pode ser considerado tanto como um sistema que faz parte da base estrutural de nossa sociedade, quanto como uma formação ideológica, com suas “posições de classe”, em que “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’” (Pêcheux, 1995 [1975], p. 146).

Como sistema estruturante, o patriarcado perpassa os períodos históricos do Brasil, permanecendo na base das relações de dominação e exploração, sustentando os efeitos de evidência, universalidade e naturalidade de certos sentidos sobre a mulher, sobre os lugares que a mulher pode e deve ocupar, sobre as práticas atribuídas e as proibidas à mulher, e, portanto, sobre o corpo da mulher. Cabe lembrar que

a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamamos caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, 1995 [1975], p. 160)

Parafraseando o autor, podemos dizer que a ideologia fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é uma mulher, uma artesã, o trabalho de uma mulher artesã, evidência que mascara o caráter material do sentido, a contradição histórica, a luta de classes, bem como auxilia no esquecimento da possibilidade de outras relações de classes e de outra significação.

Como formação ideológica, o patriarcado impõe a reprodução de discursos machistas, misóginos e heteronormativos – também racistas e classistas – nas mais diversas esferas sociais. Cabe lembrar, ainda com Pêcheux (1995 [1975], p. 161), que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” e, ainda, que “há uma ‘intrincação’ das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na ‘interpelação’” (nota 26). Tal reprodução de saberes patriarcais em discursos (re)produzidos nas formações discursivas está a serviço das formas de reprodução da exploração capitalista, o que nos leva a considerar juntos, em um mesmo macrossistema de constituição da formação social brasileira contemporânea, o patriarcado e o capitalismo.

Dessa forma, como um fantasma sempre presente nas relações sociais e econômicas, o patriarcado produz formas de evidência de princípios difíceis de serem rebatidas,

mais ainda de serem eliminadas.

O patricarcado [...] apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido de igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupem posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. (Safioti, 2015, p. 113-114).

Trata-se de uma contradição presente intrinsecamente nas diferentes esferas sociais, com o patriarcado minando toda possibilidade e toda forma de transformação, e o poder do capital apropriando-se dessas transformações para revertê-las em fonte de lucro e de mais exploração. Por isso, as lutas por justiça social, por interesses coletivos, por igualdade de direitos e de oportunidades são lutas que precisam ter em seu cerne o rebatimento aos princípios patriarcais e capitalistas.

Da mesma forma, é preciso denunciar os processos de construção de efeitos de evidências sobre as mulheres, seus lugares, suas práticas, seus desejos, seus corpos. Ou seja, é preciso rebater a evidência, a naturalização do que é ser mulher.

Ser mulher é ter se tornado mulher, ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma “mulher”, ter induzido o corpo a se tornar um signo cultural, é ter se coloca-

do em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado. (Wittig, 2019, p. 226)

Esse é o funcionamento da ideologia (formação ideológica) patriarcal pela repetibilidade de discursos em formações discursivas diversas, reiterando sentidos sobre mulher até a produção do efeito de naturalidade sobre o conceito de mulher, sobre o que é e como é ser mulher, e sobre o que compete à mulher como ente social.

A divisão social que separa mulheres de homens, que define corpo e prática de mulher, distinguindo-os de corpo e prática de homem, sob o efeito de evidência do que cabe a cada um na partilha do trabalho, sempre se fez presente tanto no meio rural como no urbano. Pêcheux (2012 [1983]) nos diz que “esse mundo ‘semanticamente normal’, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos”. Por isso, a diferenciação das práticas atribuídas à mulher e ao homem são determinantes para o funcionamento de toda uma estrutura.

Embora sempre houvesse essa divisão desde o meio rural, a urbanização e a industrialização ampliaram a distância entre o espaço de trabalho remunerado (na rua, na indústria, no comércio), destinado aos homens, e o espaço de trabalho não remunerado (no lar), destinado às mulheres. Nessa distância espacial, o tempo sequestrado (alienado) para o trabalho também foi afetado, com a captura, pelo capital, de cerca de um terço do tempo diário do homem trabalhador e de mais de dois terços do tempo diário da mulher trabalhadora, atuando ela fora de casa ou não.

Se tivermos em mente que a “produtividade” significa a capacidade específica dos seres

humanos de produzir e reproduzir a vida em um processo histórico, poderemos formular para nossa análise a tese de que a produtividade feminina é a pré-condição para a produtividade masculina e para todo o desenvolvimento histórico mundial. [...] as diversas formas de produtividade que os homens desenvolveram no curso da história não poderiam ter surgido se eles não tivessem usado e subordinado as várias formas históricas de produtividade das mulheres. (Mies, 2022, p. 132)

Essa divisão patriarcal capitalista exige a exclusividade da mulher ao papel da maternagem, do cuidado da família e da casa, a fim de assegurar a reprodução da mão de obra e também oferecer condições para a melhor produção da força de trabalho masculina para o capital.

Vale ressaltar duas premissas fundamentais de análise sobre a articulação entre produção e reprodução no sistema capitalista e patriarcal: 1) produção e reprodução são indissociáveis e a reprodução está subordinada à produção; 2) a subordinação da reprodução à produção se apoia na subordinação das mulheres aos homens. Disto decorre que a divisão sexual do trabalho é um dos mecanismos de sustentação das relações sociais de sexo, ao estabelecer a designação prioritária das mulheres para a reprodução e a dos homens para a produção. (Ávila; Ferreira, 2020, p. 117)

A preparação para o trabalho também se sustenta sobre essa divisão, como é possível observar desde as primeiras escolas brasileiras em que as mulheres passaram a ser aceitas:

Na edição comemorativa da abertura de cursos para mulheres no Liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justificava-se a instrução feminina da seguinte forma: “para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar, cumpre desenvolver a sua inteligência pela instrução e formar seu espírito na educação”. Posteriormente, a lei de 1911, que criou as

escolas profissionais, determinava que o ensino de artes e ofícios fosse ministrado aos alunos do sexo masculino, cabendo aos alunos do sexo feminino o ensino de economia doméstica e prendas manuais. Desta maneira, as mulheres educadas só tinham acesso às categorias profissionais “femininas”, que, ademais, permaneciam à margem das necessidades do processo de industrialização. (Moraes, 2010, p. 498)

Enquanto que, aos homens é designado o movimento para fora do lar, para a rua, a fim de conquistar a renda, as provisões, o poder e até a transformação social pela política, às mulheres é designado o movimento para dentro a fim de garantir o cuidado, a beleza de si e do seu entorno, a harmonia do lar, a higiene dos membros da família, a reprodução para a continuidade da produção masculina fora de casa. Assim, o trabalho de cuidado familiar “passa a ser encarado como um prolongamento biológico do sexo feminino, uma espécie de vocação natural”. (Moraes, 2010, p.497)

De nossa perspectiva, consideramos as artes manuais – como a costura, o artesanato e os bordados – como formas de linguagem. Compreendemos que o trabalho com as linhas e agulhas, com os traços e desenhos, é uma forma de entrada no espaço do simbólico. Dessa forma, ao bordar, costurar e criar novos contornos, produtos e traçados, as mulheres, como sujeitos envolvidos nesse processo, podem estabelecer um efeito discursivo outro, atuando como autoras do trabalho que desempenham.

No entanto, é preciso considerar que a formação social patriarcal capitalista insiste na invisibilização desse trabalho, executado prioritariamente pelas mulheres. Delegar à mulher a condição de trabalho invisível – doméstico e não-remunerado – torna-se elementar à manutenção de sentidos sobre o próprio significado do trabalho no capitalismo. Em uma formação social patriarcal ca-

pitalista, definida e controlada por homens, cabe questionar qual é o sentido de o trabalho ser visto como “menor”. As relações de reprodução estão dadas: a mulher tem um lugar definido nesse sistema de dominação, opressão e exploração.

Por isso, entendemos que os trabalhos manuais produzidos por mulheres, como, por exemplo, o trabalho de bordar, podem acenar como possíveis práticas de resistência: ao bordar o traço sobre o tecido, reaprende-se a escrever novos dizeres, a traçar sentidos outros, em uma relação polissêmica. Podemos dizer que ao traçar as linhas, outros espaços de significação são abertos, pois os sentidos que antes circulavam no espaço doméstico, passam a poder circular em outros lugares.

Para compreender como o trabalho manual feminino é reconfigurado em uma formação social patriarcal capitalista, é preciso convocar Federici, quando diz que:

por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. (Federici, 2019, p. 68)

Portanto, ao falar dos trabalhos manuais, em especial sobre trabalhos artesanais, que envolvem o sujeito em sua singularidade e afetividade, precisamos compreender os modos de produção inerentes a esse processo. Conforme Mittmann, Schwuchow e Rosa (2021), “cabe considerar a condição de mulher artesã com a subvalorização de seu trabalho, que engloba força, tempo, conhecimento e energia necessários à produção”.

Ainda segundo Federici:

O nosso problema, ao que parece, é que o capital falhou em alcançar nossa cozinha e nosso quarto, com a dupla consequência de que nós presumivelmente permanecemos em um estágio feudal e pré-capitalista, e tudo que fazemos na cozinha e no quarto é irrelevante para as mudanças sociais. Obviamente, se a cozinha está fora do capital, a nossa luta para destruí-la nunca ocasionará a derrocada do capital. (Federici, 2019, p. 64)

Então, o trabalho manual feminino é relegado à condição de invisibilidade ou de desimportância, como se não fosse necessário à estruturação e manutenção do sistema patriarcal. Esse estabelecimento não é esquecido de forma arbitrária: a manutenção desse sentido de invisibilidade é o que faz com que os sistemas patriarcais sigam operando e se reproduzindo. Ainda conforme Federici (2019, p. 84), “não devemos pedir ao capitalismo que modifique a natureza do nosso trabalho, mas lutar para recusar a reprodução de nós mesmas e dos outros como trabalhadores, como força de trabalho, como mercadorias”.

3 Unindo os pontos

É sabido que o trabalho com o corpus em Análise de Discurso sempre deve levar em consideração o movimento pendular (Indursky, 2008, p. 9) de articulação entre teoria e análise, com o propósito de questionar as evidências de sentido. Cabe, na construção e seleção do corpus de análise, explicar as relações entre a história (no sentido de histórico, de político) e o discurso.

Trazemos para análise um conjunto de sequências discursivas tomadas de matérias jornalísticas que tratavam da vestimenta da primeira-dama, Janja, na posse do presidente Lula. A descrição do traje vestido por Janja

trouxe o trabalho das mulheres bordadeiras para a pauta dos jornais.

Não é nossa pretensão discutir, de forma exaustiva, as nuances entre discurso jornalístico e a política partidária, embora saibamos como os discursos reverberam de forma potente no atual cenário político brasileiro. No entanto, é necessário lembrar, que, conforme Dela-Silva e Santos:

Entendemos que o jornalístico é um dos discursos produzidos e em circulação na mídia, em nossa formação social, e se constitui sócio-historicamente na diferença em relação a outras práticas discursivo-midiáticas, tais como a publicidade e o entretenimento, por exemplo. Dentre as características que especificam o jornalismo, estão a sua associação ao relato imaginariamente objetivo e direto de fatos considerados enquanto acontecimentos empíricos, como se fosse possível dizer sobre algo sem uma filiação histórico-ideológica marcada (Dela-Silva e Santos, 2018, p. 301).

Assim, o discurso jornalístico é parte da formação social à qual nos referimos neste trabalho, pois é parte do aparelho ideológico midiático. Na relação especular que o discurso jornalístico diz produzir em relação aos acontecimentos, são estabelecidas relações em que os sentidos são reproduzidos. Ainda conforme as autoras: “Ao integrar-se aos discursos produzidos em circulação na mídia, na atualidade, o discurso jornalístico também tem como uma marca de seu funcionamento a repetição de sentidos” (Dela Silva e Santos, 2018, p. 302).

Portanto, é até mesmo esperado que os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico das grandes empresas de mídia estejam situados mais no eixo parafrástico do que no polissêmico, ou seja, quase sem ruptura com os sentidos já estabelecidos pela formação social patriarcal capitalista, sem-

pre situando a mulher no lugar que convém ao capital, produzindo uma espécie de “eco” nos sentidos. Mostraremos, no entanto, que também há possibilidades de ruptura com o estabelecido, ou seja, a criação de sentidos outros, um furo na memória capaz de ressignificar a posição das mulheres.

Nesse cenário, pode ocorrer de o trabalho das mulheres no acontecimento político-discursivo da posse de um presidente eleito ser apresentado com destaque ou como secundário, dependendo do discurso que se engendra a partir desse acontecimento. O trabalho das bordadeiras e da estilista Helô Rocha passam a ser alvo da disputa de sentidos.

Vejam os então como, na seleção dos recortes abaixo, em manchetes de jornais e revistas brasileiros, a notícia sobre a roupa usada por Janja na posse de Lula repercutiu de formas diferentes. Mostraremos as sequências em ordem cronológica, conforme apareceram em jornais, revistas ou portais de notícias. Todos os destaques em negrito são nossos.

A SD1 é composta por título e subtítulo de notícia da seção Moda da revista *Glamour*:

SD1:

Janja Silva veste **conjunto de alfaiataria com bordados** para posse presidencial, veja look.

Primeira-dama acompanha presidente eleito nesta tarde com produção assinada pela estilista Helô Rocha; **peças carregam bordados de artesãos** de Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte

(*Glamour*, 01/01/2023)³

3 Disponível em: <<https://glamour.globo.com/moda/noticia/2023/01/janja-silva-veste-cojunto-de-alfaiataria-para-posse-do-presidente-lula-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em 11 dez 2023.

Na SD2, temos a sequência de título e subtítulo de notícia assinada por Débora Bergamasco e publicada no segmento SBT News do portal de notícias SBT:

SD2:

Janja usa look “orgânico” **enfeitado por bordadeiras** de Timbaúba.

Conjunto de crepe de seda assinado por Helô Rocha tem tingimento natural e palhas da flora brasileira

(*SBT*, 01/01/2023)⁴

A SD3 refere-se ao título e subtítulo de notícia, assinada por Gabriela Monteiro, que circulou na seção Brasil do jornal *O Povo*:

SD 3:

Com palha e capim dourado, **roupa de Janja na posse de Lula foi bordada por nordestinas**.

A peça foi feita pela estilista Helô Rocha em parceria com a cooperativa de bordadeiras de Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte

(*O Povo*, 04/01/2023)⁵

Por último, na SD4, temos título de uma matéria produzida por Juliana Domingos de Lima para o canal Ecoa do portal UOL. Está na seção Iniciativas que inspiram. Não há subtítulo.

SD4:

Janja usa roupa de **bordadeiras que sustentam um terço de cidade no Nordeste**

4 Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/governo/234909-janja-usa-look-organico-enfeitado-por-bordadeiras-de-timbauba>>. Acesso em 11 dez 2023.

5 Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/01/04/com-palha-e-capim-dourado-roupa-de-janja-na-posse-de-lula-foi-bordada-por-nordestinas.html>>. Acesso em 11 dez 2023.

Após elencarmos as sequências discursivas, passamos ao nosso gesto de análise. Nosso objetivo é observar se o discurso jornalístico atribui ou não um papel protagonista às mulheres trabalhadoras, detentoras de saberes relacionados ao trabalho manual.

Na SD1, as expressões “conjunto de alfaiataria com bordados” e “peças carregam bordados de artesãs” os substantivos “conjunto” e “peças” são topicalizados, já que os sentidos postos evidenciam privilegiam a mercadoria, o trabalho já pronto, o que deixa em segundo plano, como adjunto adnominal de “bordados”, as artesãs de Timbaúba dos Batistas. No subtítulo, o estatuto da autoria é dirigido ao trabalho da estilista que assina a produção. Assim, há uma divisão entre o trabalho artesanal executado pelas artesãs e o trabalho executado pela estilista, com este último valorizado como autoral.

Na SD2, encontramos essa mesma referência à autoria do trabalho da estilista através do vocábulo “assinado”. Já a referência à roupa e ao trabalho das bordadeiras está relacionado ao uso do vocábulo “orgânico”. O uso de aspas aponta para um estranhamento, como se a palavra fugisse ao esperado. No corpo da notícia, lemos que as peças têm “tingimento natural feito com caju e ruibarbo” e que “os bordados são feitos com palhas da flora brasileira e produzidos por bordadeiras de Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte”. O “orgânico”, assim, é determinado como natural, não processado, não industrializado. O trabalho de bordar, assim como a bordadeira, está associado à matéria prima da natureza. Ao complementar o enunciado, no título, com a expressão “enfeitado por bordadeiras”, a jornalista sig-

nifica o trabalho da artesã não como parte da produção da peça, mas como um acessório com a função de ornamentar, embelezar a peça principal – o traje projetado pela estilista. A utilização desses termos indica o estabelecimento de uma linha divisória entre o trabalho da estilista, que “assina” a peça, e o trabalho da bordadeira, que “enfeita” a peça já projetada e confeccionada.

Em uma construção muito próxima da anterior, na SD3, a artesã é citada como agente da voz passiva: “roupa de Janja foi bordada por nordestinas”. Mais uma vez, o trabalho das artesãs é apresentado como subordinado ao trabalho da estilista, responsável pelo todo da peça: “A peça foi feita pela estilista Helô Rocha em parceria com a cooperativa de bordadeiras de Timbaúba dos Batistas”. Repete-se o discurso da divisão do trabalho que segrega trabalhadoras que detêm saberes sobre as artes manuais relativas à tradição, como um trabalho que precisa ser subordinado ao trabalho decisivo de outra mulher para que possa ocupar espaço de destaque. É como se o trabalho intelectual estivesse presente apenas no segundo caso.

No corpo da notícia, lemos, pela entrevista com a presidente da Cooperativa das Mãos Artesãs de Timbaúba dos Batistas, Valdineide Dantas, que “os bordados foram feitos em um período entre cinco e seis semanas, desde a escolha do design que seria usado até a técnica do bordado”. Também ficamos sabendo que a artesã executou um processo de experimentação e avaliação da matéria prima: “Como a gente geralmente só borda algodão (linha de algodão), nunca se tinha bordado a palha de junco na máquina, então foi uma técnica inovadora. Helô veio com essa ideia, eu aceitei, passei pelo processo de teste para ver como a palha se comportava para ficar um trabalho bem feito e com delicadeza.” Ou seja, o conhecimento sobre o comportamento da matéria

6 Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/01/06/bordadeiras-de-traje-de-janja-geram-renda-para-pequena-cidade-do-serido.htm>>. Acesso em 11 dez 2023.

foi construído pela artesã a partir do conhecimento de outras matérias e de técnicas tradicionais das mulheres da cooperativa.

A respeito do trabalho em cooperativa, principalmente em se tratando de cooperativa de artesãs que acionam os conhecimentos tradicionais para produzir novos conhecimentos e atender a novas demandas para produção de renda, “ocorre, ao mesmo tempo, uma conservação de uma cultura e uma preservação de certa condição de vida. E uma rede de sentidos já conhecida se enlaça a uma nova rede” (Mittmann, Schwuchow, Rosa, 2021, p. 328).

Passemos agora à SD4, que é tomada não de uma notícia sobre a roupa, como as demais SDs, mas de uma matéria que trata das artesãs que produziram a roupa usada pela primeira-dama. O título da matéria destaca que as bordadeiras sustentam a economia de parte da cidade em que residem. Nessa sequência discursiva, vemos a irrupção do diferente, já que o trabalho exercido pelas mulheres é valorizado e, portanto, ressignificado. No corpo da matéria também encontramos uma entrevista com Valdineide Dantas, que afirma que “além de gerar renda”, a cooperativa oferece “cursos de iniciação e aperfeiçoamento no bordado para não deixar a tradição morrer”, já que a tradição está sendo esquecida pelas novas gerações: “Antigamente a tradição era passada de mãe pra filha, mas está sendo esquecida”. Tradição, iniciação e aperfeiçoamento indicam a complexidade dos saberes necessários à produção pelas artesãs.

5 Palavras finais

Durante o percurso realizado neste artigo, demonstramos como o trabalho de mulheres bordadeiras nordestinas foi significado pelo discurso jornalístico sobre a roupa usada por Janja na posse do presidente Lula. A visibilidade das mulheres artesãs através

do destaque de seu trabalho na roupa que desfilou e foi amplamente fotografada na cerimônia, no entanto, ainda está permeada por camadas de sentido que encobrem o significado do trabalho da mulher.

Nas análises, demonstramos que não só o trabalho das bordadeiras está relacionado a um discurso significado pelos sentidos ligados à aparência, ao enfeite, ao ornamento. Em geral, não há reconhecimento do valor intelectual do trabalho exercido por essas mulheres trabalhadoras, especialmente nas primeiras sequências discursivas analisadas. Esse conhecimento só é apontado parcialmente no corpo da notícia de O Povo e da matéria do canal Ecoa – UOL, sempre através da voz da artesã entrevistada.

Notamos, ainda, traços relacionados à classe, ou seja, o trabalho das mulheres bordadeiras só raramente é visto como profissional e com necessidade de conhecimentos, por oposição ao trabalho da estilista.

Os sentidos de resistência parecem circular de forma diferente na SD4, em que o trabalho exercido pelas mulheres bordadeiras é divulgado, demonstrando os impactos sociais e reais no lugar em que essas mulheres vivem. A forma como o discurso jornalístico significa tais dizeres reverbera significados outros, uma vez que o, ao dizer que são as bordadeiras que sustentam um terço da cidade, o significante bordadeiras passa a ser visto de forma polissêmica em relação ao conjunto de sentidos parafrásticos produzidos nas sequências anteriores.

Em geral, o que percebemos com a leitura das notícias citadas neste artigo é que os sentidos produzidos na formação ideológica patriarcal capitalista são reafirmados.

Referências

- ÁVILA, Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e marxismo: uma relação dialética. In: MARTUSCELLI, Danilo. E. (org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade. Chapecó: Coleção Marxismo 21, 2020, p. 111-127.
- DELA-SILVA, Silmara e SANTOS, Regiane Gomes do. A mídia e os dizeres sobre o professor no Brasil: uma análise do discurso jornalístico. Caderno de Letras UFF, Niterói, v. 29, n. 57,, 2018, p. 299-317.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. Organon, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (orgs.). Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p.9-33.
- MIES, Maria. As origens sociais da divisão sexual do trabalho. In: MIES, Maria. Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho. Trad. coletiva. São Paulo: Ema Livros; Editora Timo, 2022. p. 107-153.
- MITTMANN, Solange; SCHWUCHOW, Valéria de Cássia Silveira; ROSA, Marilane Mendes Cascaes da. A arpillera como objeto discursivo de enlace feminino na luta coletiva. In: FERNANDES, Célia B.; GARCIA, Dantielli A.. (Org.). Materialidades e(m) discurso. Campinas: Pontes, 2022. p. 73-91.
- MORAES, Maria L. Q. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) História da cidadania. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 496-515.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento (1983). Trad. Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69) [1969]. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Trad. Eni P. Orlandi et al. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.) Papel da memória. Campinas, Pontes, 2010, p.49-57. Tradução de Rôle de la mémoire, 1983, por José Horta Nunes.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- WITTIG, Monique. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.221-240.

Submissão: dezembro de 2023.

Aceite: dezembro de 2023.